



DISCRICIONARIEDADE
ADMINISTRATIVA
NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO

TERCEIRA EDIÇÃO

editora
atlas

Resumo de Discricionariedade Administrativa na Constituição de 1988

Neste livro, o tema é analisado sob o ponto de vista das limitações que a Administração Pública sofre, no exercício de seus poderes, em decorrência não só de restrições referentes à forma, à competência e ao procedimento, mas também diante dos princípios que decorrem explícita ou implicitamente da Constituição Federal de 1988.

Sumário - Princípio da Legalidade Administrativa, Discricionariedade Administrativa, Princípios de Moralidade Administrativa, Princípios Gerais de Direito no Direito Administrativo, Princípio da Supremacia do Interesse Público.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)